

XII ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EEDIC)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jomabia Cristina Gonçalves dos Santos¹; Graciely Carlos Silva¹; Farley Janúzio Rebouças Valentim²

¹Discentes do Curso de Psicologia da Unicatólica; E-mails: jomabia13@hotmail.com, gracielycarlos@hotmail.com

²Docente do curso de Psicologia da Unicatólica; E-mail: farleyvalentim@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar um estudo bibliográfico sobre o processo de medicalização infantil, através da obra de autores que se dedicam ao estudo do mesmo. Através do que já foi analisado pode-se salientar que atualmente, é crescente o encaminhamento de crianças aos serviços de saúde mental com demandas sociais, e também, o consumo de psicofármacos pela população infantil. Autores postulam que o medicamento vem sendo usado como dispositivo regulador e, desse modo, aquilo que escapa ao que é considerado normal, o que não vai bem, o que não funciona, é transformado em transtorno. No esteio desse debate, o processo de patologização e medicalização infantil passa por outros âmbitos, entre os quais, o crescente número de diagnósticos e queixas escolares em torno de comportamentos considerados “anormais” e a conseqüente procura, por parte dos pais, por profissionais que possam “curar” tais comportamentos de forma imediatista, geralmente pelo uso de medicamentos e sem considerar o contexto social e cultural em que a criança está inserida.

Palavras-chave: Psicofármacos. Infância. Normal. Patológico.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a psicofarmacologia e a neuropsiquiatria ganham espaço predominante no tratamento de sofrimentos severos, bem como de uma gama muito maior de sofrimentos cotidianos. Percebeu-se no decorrer da história da psiquiatria um abandono da descrição causal e de sentido dos sintomas e sofrimentos dos sujeitos, visando uma noção em que os sintomas são reconhecidos como manifestações de desordens orgânicas e bioquímicas (GUARIDO, 2007).

Grande contribuição a essa mudança de perspectiva, se dá ao surgimento do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), que teve sua primeira versão publicada em 1952. A partir da publicação do DSM III, em 1980, o conceito diagnóstico que anteriormente era influenciado pela psicanálise, pela fenomenologia e pela psiquiatria comunitária social, passa a ser influenciado pela nova gama de pesquisas realizadas com o intuito de objetivar os procedimentos psiquiátricos, bem como pela presença de grandes corporações privadas, como a indústria farmacêutica e grandes seguradoras de saúde (GUARIDO, 2007).

Buscava-se, entre outras coisas, responder às críticas sobre a falta de objetividade e certeza dos diagnósticos em Psiquiatria, pois, as mesmas acarretavam custos inadmissíveis para as companhias seguradoras de saúde, bem como pelos órgãos governamentais de incentivo à pesquisa em saúde mental. Então, a partir dessa edição, os quadros psicopatológicos passam a ser apresentados como transtornos mentais que serão diagnosticados a partir da presença ou não de certos números de sintomas presentes na vida do sujeito por determinado período de tempo (GUARIDO, 2007).

Em 1987, ocorre uma nova revisão – o DMS-III-R, e anos depois foram publicados o DSM IV, em 1994, e o DSM-IV-TR em 2000. Em cada versão aumentam significativamente o número de diagnósticos identificados, sendo mais de 200% entre o DSM I e o DSM-IV-IR (FREITAS; AMARANTE, 2015).

Hoje em dia, a indicação de medicação é prioritária nas intervenções psiquiátricas. Esta, associada ao discurso científico de objetividade, a influência do capitalismo e da mídia, coloca o sofrimento psíquico do sujeito em um discurso normatizante, onde a subjetividade de cada um é posta de lado. Devido a isso, neste trabalho, objetiva-se realizar um estudo sobre o processo de diagnóstico que leva a medicalização infantil na atualidade.

METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica da obra de autores que se dedicam ao estudo do tema seletivo. Os textos e artigos utilizados para embasamento deste trabalho foram retirados das plataformas de pesquisa: Scielo e Bireme. Os livros que foram utilizados estão no acervo bibliotecário da Unicatólica, bem como no acervo individual dos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Medicalização é o processo no qual problemas que não são considerados de ordem médica, passam a ser vistos e tratados como problemas médicos (BRZOZOWSKI; CAPONI, 2013). Para Foucault, a palavra medicalização está ligada a uma medicina que, valendo-se do poder de seu discurso científico, toma a sociedade como objeto de higienização, disciplinando os corpos e ampliando de tal forma sua apropriação que chega à regulação de seus comportamentos: o biopoder, o poder sobre a vida das pessoas (FOUCAULT, 2001).

O processo de medicalização vem se mostrando crescente no século XXI e atingindo grande parte da população, incluindo-se como parcela desta, as crianças. Atualmente, é crescente o encaminhamento de crianças com demandas sociais aos serviços de saúde mental, e também, o consumo de psicofármacos pela população infantil, trazendo as indústrias farmacêuticas para o cenário da medicalização infantil (SANCHES; AMARANTE, 2014).

Com respeito ao conceito de infância, este já possuiu diversos sentidos de acordo com diferentes períodos e culturas. Atualmente, a infância tornou-se uma importante fase do desenvolvimento, atraindo instituições que se propõem a seu controle e disciplina. O poder biomédico, visando normatizar a vida dos sujeitos, vem apresentando soluções para os problemas infantis que podem ter causas sociais, econômicas e subjetivas, através do uso de medicamentos. Segundo Lima e Vieira:

“O medicamento vem sendo usado como dispositivo regulador sobre o normal e o patológico na atualidade. Isso tem alavancado uma crescente lógica diagnóstica do DSM aplicada ao sofrimento psíquico. É indiscutível o valor da medicalização como recurso terapêutico, em alguns casos, no entanto, enfatiza-se como fator negativo, sua banalização e seu aspecto normatizador. Muitos acontecimentos cotidianos, sofrimentos passageiros ou outros comportamentos desviados da norma, são registrados como sintomas próprios de transtornos mentais e, por isso, medicados” (LIMA; VIEIRA, 2015, pág. 202).

A normatização da vida tem por corolário a transformação dos problemas da vida em doenças e distúrbios. Assim aquilo que escapa ao considerado normal, o que não vai bem, o que não funciona bem é transformado em doença, em problema biológico (COLLARES; MOYSÉS, 1996 apud LUENGO, 2010).

A medicalização infantil na atualidade perpassa por diversos âmbitos: a questão entre o normal e o patológico, ocasionando assim a patologização do comportamento infantil, e advindo desta, o crescente número de diagnósticos e queixas escolares em torno de comportamentos considerados “anormais”, bem como a procura dos pais por profissionais que possam “curar” estes comportamentos de forma imediatista, através do uso de medicamentos, sem, por diversas vezes, considerar o contexto social e cultural em que a criança está inserida. Foucault (2001) postula:

“A invenção da infância implica a produção de saberes e “verdades” que têm por finalidade de descrever a criança, classificá-la, compará-la, diferenciá-la, hierarquizá-la, excluí-la, homogeneizá-la, segundo novas regras ou normas disciplinares. Impõe sobre a infância uma ordem normativa [...]”.

Na atualidade, a criança, é chamada a responder a um ideal proposto pela cultura, sociedade, escola e família. Quando ela se opõe a esse ideal e escapa ao considerado normal, surgem “as diferenças”, que levam os pais ou cuidadores a procurarem especialistas e instituições, em busca de solução para estas (LIMA; VIEIRA, 2015).

Entretanto, se questiona: qual seria repercussão de um diagnóstico “normatizador” na subjetividade da criança? Já se sabe que o diagnóstico também possui efeito subjetivante, pois o sujeito tende a se identificar com ele, e ver-se através dele. Isto faz com que o sujeito não se sinta implicado nas questões relativas à sua subjetividade, aprendizagem e relações, estando estas sempre ligadas ao seu diagnóstico (LIMA; VIEIRA, 2015).

O medicamento deposto a criança de forma desenfreada pode tornar a infância dopada e a criança pode deixar de ser corresponsável pelo seu desenvolvimento, anulando-se pela medicação. Frequentemente acontece que essa solução é rapidamente aceita pelos pais para ajustar o comportamento dos filhos aos padrões, entretanto, esquece-se de orientar-se se há, de fato, algo a ser medicado (LIMA; VIEIRA, 2015).

CONCLUSÕES

Diante do exposto, questiona-se: Sob quais bases e dados são realizados estes diagnósticos? Qual a validade e as consequências desse diagnóstico e da consequente medicalização do comportamento infantil? Estas questões, que surgiram no decorrer dessa pesquisa bibliográfica, serão futuramente exploradas durante a execução de um projeto de pesquisa a ser desenvolvidos pelos pesquisadores junto ao Serviço de Psicologia Aplicada da Uunicatólica, bem como do Centro de Atenção Psicossocial do município.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Farley Valentim, por ter aceitado o convite para a realização deste trabalho. A Uunicatólica, e principalmente a orientação e apoio dos docentes do curso de Psicologia, estes incentivam seus alunos a busca por conhecimento, a iniciação científica e ao pensar criticamente, contribuindo de forma enriquecedora para a nossa formação.

REFERÊNCIAS

BRZOWSKI, Fabíola Stolf. CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 33, n. 01, Brasília, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

FREITAS, Fernando. AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2015.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 33, n.1. São Paulo, 2007.

LIMA, Keyssiane Maria A. VIEIRA, Marcus Kleredis Monteiro. O controle químico da criança: A infância entre a medicalização e a palavra. **Revista Expressão Católica**, vol. 04, n. 01. Quixadá-CE, 2015.

Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), 12., 2016, Quixadá. Anais... Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2016. ISSN: 2446-6042

LUENGO, Fabiola Colombani. A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2010. ISBN 978-85-7983-087-7.

SANCHES, Valéria N. Leal. AMARANTE, Paulo D. Carvalho. Estudo sobre o processo de medicalização de crianças no campo da saúde mental. **Revista Saúde Debate**, vol. 38, n. 102. Rio de Janeiro, 2014.